



ATA DA 184ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Aos 19/10/2016, sob a presidência do Senhor Secretário Rodrigo Pimentel Pinto Ravena, realizou-se a 184ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES, convocada com a seguinte Pauta:

Expediente:

1. Discussão e votação da Ata da 183ª Reunião Plenária Ordinária do CADES.
2. Posse da senhora **Rosa Ramos** como conselheira Titular, representante da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB – São Paulo, no CADES
3. Sugestões para inclusão na pauta desta reunião.

Ordem do dia:

1. Exposição sobre a **Implementação de Refúgio de Vida Silvestre – Unidade de Conservação de Proteção Integral em parte do Parque Municipal Anhanguera**, pelo senhor Domingos Leôncio Pereira – Diretor da Divisão Técnica de Unidade de Conservação e Proteção da Biodiversidade e Herbário – DEPAVE 8 e pela senhora Juliana Laurito Summa – Diretora da Divisão Técnica de Medicina Veterinária e Manejo de Fauna Silvestre – DEPAVE 3.
2. Exposição sobre o **Plano Municipal de Prevenção e Combate a Incêndios em Áreas Florestadas do Município de São Paulo – Operação Fogo Zero**, pelos senhores Janio Marcos Rodrigues Ferreira – Coordenador de Geoprocessamento – DEPAVE 8 e Adriano Candeias de Almeida – Gestor do Parque Natural Municipal Bororé – DEPAVE 8
3. Sugestões para Pauta da próxima reunião e Assuntos Gerais.

Anexos:

- Ata da 183ª Reunião Plenária Ordinária do CADES.



Secretário Rodrigo Ravena: Bom dia a todos. Vamos dar abertura a 184ª Reunião Plenária Ordinária do CADES. Hoje é dia 19, quarta-feira. São 09h45. Estamos no prazo regimental. E como, hoje, a gente não tem matéria deliberativa, a gente abre mesmo sem quórum. Como não temos quórum para aprovar a ata, o item 1 do expediente, que é discussão e votação da ata, está superado por falta de quórum para aprovar. O item 2 é a posse da Senhora Rosa Ramos como Conselheira Titular, representante da Ordem dos Advogados do Brasil, seção São Paulo, no CADES. Por favor.

Cons. Rosa Ramos: Muito bom dia a todos. Prazer estar aqui com vocês. Na verdade, eu estou retornando para este Conselho, já estive aqui como Titular, em um determinado período, e estou retornando aqui, ocupando o assento da OAB São Paulo, em substituição ao Carlos San Severino. De maneira que os procedimentos, o regimento, as nossas atribuições, já são de nosso conhecimento, razão pela qual é só trabalhar.

Secretário Rodrigo Ravena: Obrigado. Bem-vinda. Então vamos passar ao item 3, que é sugestão para inclusão de pauta nesta reunião. Acho que também não dá para incluir nada, a não ser que seja algum informe, nada deliberativo pode ser incluído. Se alguém tem algum informe para incluir na pauta. Então, vamos dar a palavra à dona Cecília.

Cons. Cecília: Bom dia a todos. Sou Cecília, do Morro do Querosene. E eu queria dar dois informes. Um, da situação de calamidade do Parque da Fonte, pedindo socorro. Porque o Parque da Fonte foi depositado dinheiro em juízo, a ação está na justiça, existe um pedido de liminar para emissão na posse, e após muito tempo que a gente não conseguia entrar, ontem fizemos uma vistoria com o subprefeito do Butantã, e incrível, estão destruindo o Parque. É necessária uma ação urgente. E eu peço ajuda, qualquer ajuda vai ser bem vinda, nesse sentido, porque vamos ter um Parque sem fonte. Porque estão tirando as pedras, estão destruindo o que tinha da pontinha, da escada, do lugar. É desolador. E o segundo informe que eu queria dar, é que domingo, eu tive lá na Pompéia, onde existe a Praça das Nascentes, e de repente, ao lado da Praça das Nascentes, que eu não sei se os senhores conhecem, mas era um lugar ermo, abandonado, que a comunidade foi tratando e hoje está muito bonito. Tem peixinho no lago, tem brinquedo para as crianças. É um lugar realmente muito agradável. E, de repente, do lado da Praça das Nascentes, está havendo uma demolição de oito casas que dão para a Avenida Pompéia. Os moradores não encontraram alvará de demolição, e souberam que a proposta é a construção de um edifício de vinte e dois andares, com três garagens subterrâneas, em cima de nascente. Então outro absurdo que a gente tem que estar muito atento para preservar aquele lugar. Porque prédios já existem muitos, e mesmo o Código diz que em cima de nascente não pode construir. Então é isso, eu queria chamar atenção para esses dois casos aí. Obrigada.

Secretário Rodrigo Ravena: Só para dar o encaminhamento. A visita ao Parque foi acompanhada por técnicos do DEPAVE 5. Então isso gera um relatório, e a gente encaminha para o DGD, para as providências. E essa outra denúncia, a gente vê o que pode encaminhar. Se existe demolição, pelo menos alguma autorização para demolir deve ter. Se não tiver, também tem multa. Então, não é de um jeito, é de outro. Mas a gente dá uma checada. Rute.

Rute - DPP: Bom dia a todos. Sou Rute Cremonini, do DPP. É um informe muito breve, para dizer que as Assembleias para completar as vagas remanescentes do CADES, que aconteceriam dias 24 e 25 foram canceladas, porque nenhuma entidade se inscreveu. Então continuamos com vagas abertas. E o procedimento regimental é que daqui seis meses nós abriremos outro edital. Está bom? Obrigada.

Secretário Rodrigo Ravena: Vamos passar para a ordem do dia. O item 1 é exposição sobre a implementação de refúgio de vida silvestre, e Unidade de Conservação de Proteção Integral, em parte do Parque Municipal Anhanguera, pelo Senhor Domingos Leôncio Pereira, diretor da Divisão



Técnica da Unidade de Conservação e Proteção da Biodiversidade Herbário, DEPAVE 8, e pela Senhora Juliana Laurito Summa, diretora da Divisão Técnica de Medicina Veterinária e Manejo de Fauna Silvestre, DEPAVE 3. Por favor.

Cons. Domingos Leôncio Pereira: Bom dia a todas e todos. Eu sou Domingos, representante de DEPAVE e hoje vou apresentar uma proposta que é a constituição de uma nova Unidade de Conservação de Proteção Integral no município de São Paulo, que é um refúgio de vida silvestre, na maior parte do Parque Anhanguera, um Parque Municipal, já construído desde 1979. Bom, primeiro eu queria dizer como é que surgiu essa ideia de constituir esse refúgio de vida silvestre, essa unidade de conservação, refúgio de vida silvestre foi a tipologia que a gente está achando melhor, que caracteriza melhor essa nova unidade de conservação, e não um parque natural, como a gente vem trabalhando na cidade. Bom, o PMMA lançou, inclusive aqui, o mapeamento dos remanescentes de mata atlântica no município de São Paulo. E tem apontado que cerca de 30%, mais ou menos, ainda existem de remanescentes da mata atlântica, do bioma, dentro do município, e que precisam de alguma medida de proteção e de conservação. Pensando nisso, o DEPAVE 3 nos procurou, a Divisão de Medicina Veterinária e Manejo da Fauna Silvestre, nos procurou, junto com o DEPAVE 5, e estavam com a ideia de propor uma unidade de conservação ali no Parque Anhanguera. A zona norte é uma zona mapeada pelo PMMA, e que demonstrou que a gente tem alguns remanescentes, eles estão concentrados principalmente na zona sul da cidade, na zona leste, um pouquinho, e na zona norte, um outro tanto. Além, é claro, de vários pinguinhos, vários fragmentos um pouco menores, no centro mais urbano da cidade. E nós temos como unidades de preservação, principalmente a zona sul, que a gente tem cinco partes, os quatro do Rodoanel, mais o Parque da Cratera. As duas APAs, a APA Bororé-Colônia, e a APA Capivari e Monos. E temos mais um parque natural, que é o Parque Fazenda do Carmo, na zona leste. E uma pequena RPPN, que a gente tem em Pirituba, bem pequenininha mesmo, que é a RPPN Mutinga. Então a gente tem muita carência de unidades de conservação, principalmente na zona norte, em termos municipais. A gente tem ali o Parque Jaraguá, tem o Parque Estadual da Cantareira, mas não em termos municipais, a gente tem muita carência em unidades de conservação, de áreas protegidas na zona norte. Aí a gente achou por bem, porque faz parte da missão dessa Secretaria, encampar essa ideia de constituir um refúgio de vida silvestre em parte do Anhanguera. O Parque Anhanguera já é um parque municipal, um parque consolidado, então a gente não teria tantos problemas, principalmente em termos de desapropriação, para poder constituir esta unidade de conservação. Isso é uma facilidade. A sua localização, o tamanho também, porque o Parque Anhanguera tem quase nove milhões e meio de metros quadrados, novecentos e cinquenta hectares, então é um parque extremamente grande, e que a gente nem está prevendo que ele se torne totalmente uma unidade de conservação de proteção integral, mesmo porque a população já utiliza intensivamente algumas áreas do parque, e isso também é importante para cidade, que a gente tenha parques urbanos, parques que a população possa usufruir com maior intensidade, do que uma unidade de conservação que tem uso um pouco mais restritivo para uso da população. Então a gente escolheu uma parte bem grande, são sete milhões e meio de metros quadrados, ou setecentos e cinquenta hectares, de área do parque para constituir o refúgio de vida silvestre. A gente está escolhendo essas áreas, primeiro, pela sua localização, que é uma área estratégica da cidade, é no limite já com outros municípios, como Caieiras, Santana do Parnaíba, e tem uma conectividade bem grande com áreas também de vegetação, tanto dentro do município, quanto nos municípios vizinhos. Inclusive com outra unidade de conservação, que é o Parque Juqueri, ali em Franco da Rocha. A gente escolheu também porque, dentro da tipologia do mapeamento do PMMA, ele é um grande bosque heterogêneo, é a maior parte de bosque heterogêneo da cidade. Bosque heterogêneo é uma área em que você tem uma mata em regeneração, associada a, normalmente, resquícios de silvicultura, como é o caso do Parque Anhanguera, de eucalipto. Então tem uma área bem adensada de eucalipto, mas que tem um sub-bosque bem grande embaixo, de mata atlântica, em regeneração, e tem também alguns fragmentos de outras tipologias que o PMMA mapeou, que é campos



naturais, campo de várzea, (incompreensível) mata de várzea, que são pequenos fragmentos dentro desse grande bosque heterogêneo. Tem uma fauna associada muito grande. O próprio CEMACAS, que é o centro que faz o manejo, a reabilitação e a soltura de fauna silvestre, trabalha lá, tem uma unidade lá, e já identificou muitas espécies, principalmente espécies de topo de cadeia alimentar, que são as espécies mais frágeis que existe na natureza. Porque quando elas se fragilizam é sinal que toda cadeia está fragilizada. Então tudo isso foi nos levando a realmente justificar a ideia de você ter um refúgio de vida silvestre, justificar a criação dessa unidade de conservação como refúgio de vida silvestre. É um trabalho um pouco complicado, você definir uma categoria de unidade de conservação, porque você precisa reunir argumentos. Argumentos que sejam plausíveis tecnicamente, mas também para a população. Então, na verdade, é a primeira vez que a gente está apresentando publicamente essa ideia dessa unidade de conservação de proteção integral, e a gente escolheu o CADES, porque é o nosso Conselho Municipal de Meio Ambiente. A gente tem uma tarefa muito grande com o PMMA. O PMMA vai apontar várias áreas que vão precisar ser ou parques, ou unidades de conservação, ou ter algum tipo de proteção, mesmo que seja por iniciativa particular, mas que tenha algum tipo de proteção, porque a cidade está carente dessas áreas verdes, a cidade precisa, de alguma forma, proteger essas áreas. Como eu disse no começo, é um próprio municipal. Ele tem poucos problemas fundiários. Mas tem, como a maioria das áreas públicas na cidade, tem alguns problemas fundiários. Na verdade, não são só as áreas públicas. As áreas particulares também têm problemas fundiários na cidade. Mas de qualquer forma já é consolidado. A gente ainda não tem o georreferenciamento dele, porque ele foi criado em 79, em áreas que o governo federal passou para o Estado e para o município. Naquela época o governo municipal era indicação do governo estadual. Então algumas áreas foram distribuídas e divididas de uma maneira não muito cartesiana, vamos dizer assim, não muito ortodoxa em termos de georreferenciamento. E de documentação. Então a gente vai precisar fazer uma aferição desse perímetro que a gente está propondo, mas isso não é nada complicado, só é um pouquinho demorado, mas não é complicado. A gente vai precisar também terminar os estudos técnicos que a gente tem realizado lá, para justificar tecnicamente a criação da unidade de conservação, e precisamos trabalhar com a ATL, a Assessoria Técnica Legislativa do prefeito, do gabinete do prefeito, uma Minuta de Decreto, para gente poder lançar isso, primeiro em consulta pública, e depois ser publicado o decreto de criação da unidade de conservação. É uma unidade de conservação extremamente importante. Eu falo bastante em relação ao PMMA, porque ela significa já um primeiro passo, embora o PMMA não esteja finalizado. Primeiro passo em que a gente utiliza o estudo do PMMA como um referencial para criação, para definir diretrizes mesmo de atuação da Secretaria do Verde. Acho extremamente importante isso. Nós fizemos até uma proposta por escrito, mas tem alguns probleminhas de digitação, então a gente não trouxe, não disponibilizou isso, ainda, para vocês. Mas a partir de hoje vai estar disponível para todos os conselheiros. O CADES tem total prerrogativa e autonomia, pode nos chamar a hora que quiser para gente prestar todo tipo de esclarecimento a respeito dessa unidade de conservação. A gente pretende também fazer uma apresentação no CADES Regional de Perus, não que seja uma necessidade legal, mas é uma questão de respeito as instâncias, que nós mesmo como Secretaria, temos criado no município para gestão compartilhada das questões ambientais. Então a gente vai fazer uma apresentação no CADES de Perus, depois de pronto a Minuta de Decreto criando a unidade de preservação, a gente vai colocar para consulta pública. Mas nesse interim, o CADES tem total prerrogativa, pode nos chamar para qualquer tipo de esclarecimento com relação a essa unidade de conservação. Eu estou sendo bem rápido, porque a gente vai abrir depois para todas as perguntas. Foi o que a coordenação nos pediu, para gente ser o mais rápido possível. Vou passar a palavra para a Juliana Summa, que é diretora do DEPAVE 3, e ela vai dar algumas características mais naturais dessa unidade de conservação, que justifica também a criação dessa unidade de conservação, e depois a gente responde as perguntas de vocês. Está bom?



Juliana Summa – DEPAVE 3: Bom, como o Domingos comentou, o Anhanguera é considerado um bosque heterogêneo, uma floresta de eucalipto, que aos olhos de muitos pesquisadores não tem uma fauna, não tem uma rica fauna, não tem uma biodiversidade significativa. Mas a gente, nos nossos levantamentos de fauna, a gente levantou, só no Parque Anhanguera, duzentas e trinta e cinco espécies de vertebrados, e mais cento e trinta e sete espécies de invertebrados. Então ela é uma floresta heterogênea, com sub-bosque, que ainda assim propicia um ambiente seguro e habitável para diversas espécies da fauna. E aí a gente dá um detalhamento maior aí sobre as espécies que a gente tem lá. Então são trinta e um mamíferos, com registro da onça parda dentro do parque, mais de uma vez. Então uma espécie de topo de cadeia. E registro para jaguatirica, que é outra espécie de topo de cadeia. Então dentre os trinta e um mamíferos, a gente tem os veados, os quatis, os ouriços, gambas. Várias espécies de mamíferos. São cento e sessenta e oito aves, com espécies bastante significativas, coloridas. O Anhanguera tem um número de espécies muito grande de aves, como beija-flores, gaviões, corujas. Diversas espécies de passeriformes. E a gente destaca nesse levantamento, a cigarra do coqueiro, de (incompreensível), que foi registrada pela primeira vez no município em 2010. Não havia registro no município dessa espécie, e ela foi capturada em rede lá, durante nossos trabalhos de inventariamento. Por sorte, a gente capturou ela lá. Ela foi encontrada em 2012, foi encontrada em 2014, nos levantamentos. Então ela realmente utiliza a área do Anhanguera como um ponto lá de descanso, de parada. Esse registro dessa espécie nova para o município foi documentado em um trabalho científico, em 2011, na Revista Ornitológica. Então foi uma espécie nova para o município. Outros registros importantes para área é a rendeira, registrada pela primeira vez esse ano, em 2016, no parque. É um registro novo para o parque. E essa guaracava de crista branca, que é uma espécie migratória, que vem lá da Bolívia, da Argentina, do Chile, ela foi também registrada na área do Anhanguera. O que mostra que essas aves migratórias também utilizam o Parque Anhanguera, independente da vegetação, para se deslocarem de uma região para outra. São dezoito reptéis e quinze anfíbios no parque. A gente ainda vai aprimorar o nosso levantamento de reptéis e anfíbios, mas a gente tem registros importantes dessa herpetofauna no parque. E cento e dezesseis borboletas e mariposas. As borboletas, elas são importantes indicadores da qualidade do ambiente. Então a gente tem uma expressiva diversidade de borboletas no parque. A quantidade de borboletas, essa representatividade de borboleta, mostra que o ambiente tem boas condições para manter essa fauna presente. E o destaque é para arca dos cálices, que é uma espécie indicadora de ambientes bem preservadas de mata atlântica, que foi um achado também no Anhanguera, e que é uma espécie rara encontrada na Serra do Japi, e que tem ocorrência para o Parque Anhanguera. Bom, o DEPAVE, 3, ele já fez mais de mil solturas dentro do Parque Anhanguera. É uma área importante para gente, de pesquisa, e de soltura. É uma área que a gente consegue, depois, monitorar se essas espécies elas estão utilizando o parque como ambiente, como local de identificação, de alimentação, de reprodução. Para a gente poder monitorar essas espécies, a gente tem um trabalho, desde 2010, são seis anos de monitoramento, em que a gente capturou em rede, nas redes de neblina, setecentos e trinta e oito espécies de aves, de quarenta e três espécies diferentes. Dessas setecentas e trinta e oito espécies que a gente capturou em rede, sessenta e sete foram soltas pelo DEPAVE 3, no Anhanguera. Então elas foram recapturadas em rede, mostrando que esses animais continuam no local. Foram capturadas mais de uma vez, e a gente tem registro de espécies que estão há quatro anos sendo capturadas no Parque Anhanguera. Sessenta e sete indivíduos é muito pouco? É muito pouco aos olhos de quem não conhece. Mas a nossa taxa de recuperação, que é o número de aves que foram soltas, pelo número de animais capturados, é de 3%, que é considerada altíssima perto da taxa de recuperação do CEMAVE, que é o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Aves Silvestres. O centro anilhou já setecentas mil aves, capturaram sete mil, só que a taxa de recuperação deles é de 1%. A nossa é de 3,4%. Lá fora, Estados Unidos, Europa, a taxa é em torno de 5%. Então a gente está muito bem dentro do Parque Anhanguera, dentro dessa taxa de recuperação. Em relação à flora, como o Domingos já falou, o parque é classificado como bosque heterogêneo, pelo PMMA, e foram registradas, até hoje, duzentos e quatro espécies vegetais. A



grande maioria do parque é composta por eucaliptos, mas é muito comum a gente ver esse tipo de fisionomia. Então a gente tem os eucaliptos e o sub-bosque crescendo entre essas áreas, que propicia que a gente tenha essa fauna e essa movimentação da fauna por dentro dos eucaliptos. Pelo meio dos eucaliptos. Algumas espécies nativas que a gente encontra, como o camboatá e tapiguaçu. E a gente encontra manchas de mata atlântica entre os eucaliptais, próximo aos cursos de água. Sete espécies que são encontradas no Parque Anhanguera estão ameaçadas de extinção. Então as Samambaias Açú, Pinheiro Do Paraná, unha de vaca, e o palmitos, estão presentes no parque, que são espécies ameaçadas da flora. Recentemente o herbário fez um levantamento nessa área aqui, que se acreditava que era uma mancha de cerrado que tinha dentro do parque. Quando a gente anda pelo Parque Anhanguera, a gente encontra essas manchas de cerrado pelo parque. Então nesse ponto o herbário encontrou essa área, que ele chama de campo limpo ou campo sujo, dependendo do lugar. E até o momento eles identificaram quarenta e uma espécies nessa área. Então entre as graminhas que são encontradas, exóticas, a gente tem graminhas nativas, que são características de cerrado, e além de algumas espécies da flora, de cerrado, a gente tem a primeira ocorrência do município, do jacarandá do cerrado no Parque Anhanguera. Então é a segunda espécie que teve seu primeiro registro para o município dentro do Parque Anhanguera. Então, só para justificar o porque da unidade de conservação, a riqueza de fauna que a gente encontra no Parque Anhanguera, ele justifica, ele mostra que o parque é utilizado como abrigo, como área de identificação, como área de reprodução, e que ele é um parque extremamente importante para fauna. Pelo tamanho dele, pela localização, ele é um ponto de passagem desses animais de uma área para outra. A gente tem a onça parda presente, que ela utiliza essas áreas de eucalipto, áreas abertas, para passar de uma área para outra. E a gente acredita que essa onça, a gente acha que é uma só, mas que essa onça, ela vem da Serra do Japi, ela se movimenta da Serra do Japi para o Parque Anhanguera, então tem uma conexão com áreas fora do município. E com essa taxa de captura que a gente tem das aves, ao longo desse período de monitoramento, a gente comprovou que os animais eles fixam residência no parque. Sobre a vegetação, o herbário deixou bem claro que aquela área de cerrado que eles estão fazendo levantamento, é uma área superimportante para o município, porque a gente tem poucas áreas ainda, de campo, originais na cidade, e a região centro oeste do município, os distritos de Pirituba, Jaraguá, Anhanguera e Perus, são os que mais têm representação dessa vegetação nativa, paulistana, que a gente não encontra quase mais na cidade. E a gente encontra dentro do Parque Anhanguera. É isso.

Coordenador Geral Paulo Ricardo: Obrigado. O Secretário teve que sair um pouquinho. Vou prosseguir com a reunião. Agradeço o Domingos, Juliana. O trabalho de vocês é simplesmente incrível. Agradecemos termos técnicos como vocês aqui na Secretaria. Muito obrigado. Eu vou abrir para as perguntas. Juliana, por que você foi embora? Fica aqui, fica aqui. Não vai embora não. Se não ninguém vai te fazer pergunta. Podem fazer pergunta para a Juliana.. Alguém quer abrir, falar alguma coisa? Por favor, nome e representação.

Cons. Cecília: Cecília, região centro-oeste. Juliana e Domingos, eu fiquei curiosa de saber, esses eucaliptos, não interessa para fauna esses eucaliptos. Existe uma perspectiva de que... porque os eucaliptos não são naturais do Brasil. Eu gostaria de saber se existe uma perspectiva de que eles sejam retirados, com o tempo?

Domingos Leôncio Pereira: Essas espécies que são classificadas como exóticas invasoras, porque o eucalipto é australiano, elas têm que ser manejadas sim. Elas têm que ser retiradas, tem que ser substituídas por espécies nativas. Só que para isso, a gente tem que criar um plano, o plano de manejo. E esse plano de manejo cria as condições em que essa substituição se dará. Então assim que a gente criar a unidade de conservação tem um prazo de cinco anos para gente poder elaborar e implantar um plano de manejo para unidade de conservação.



Juliana Summa: Para a fauna não interessa se é eucalipto ou não, é uma forma dela se locomover de uma área para outra. Então mesmo que seja eucalipto, o eucalipto proporciona um corredor e uma conectividade para essa fauna. Então, ainda que seja eucalipto, ele continua sendo importante para movimentação dos animais pela mata.

Cons. Cecília: Só um esclarecimento. Porque normalmente a gente não observa um passarinho na mata de eucalipto. Eles só usam como uma passagem rapidinha. Porque eles não conseguem se alimentar e viver ali, não é? Está bom. Entendi.

Cons. Hélia: Bom dia a todos, meu nome é Hélia, representante do DEPLAN, Departamento do Planejamento Ambiental daqui da Secretaria. Em primeiro lugar, eu gostaria de parabenizá-los, porque é uma iniciativa, como o Domingos falou, nós estamos trabalhando com o plano municipal, com a formulação do plano municipal da Mata Atlântica, já foi editado o mapeamento, como eles apresentaram. E a gente tem outros planos em relação as áreas verdes no município, entre eles a formulação do plano municipal das áreas protegidas, áreas verdes e espaços livres. Então eu acho que tem desafio no âmbito desse último plano que eu citei, tem desafio de identificar as tipologias que seriam as mais adequadas, as tipologias de parque, as tipologias de áreas verdes que seriam as mais adequadas na cidade. Então, primeiro, que já tem iniciativa, como o Domingos citou, de já se avançar em relação a um plano de ação que precisa ser formulado, precisa não, já está sendo formulado no âmbito do plano da Mata Atlântica. Então, acho que isso, juntando esses dois planos, já é uma grande iniciativa mesmo, para nossa reflexão em relação a readequação de tipologias de área verde, tipologias de parques, tipologias de unidade de conservação. Mas eu acho que seria importante, como tem essa proposta tão bacana, de também esclarecer o que muda em relação a gestão. Porque hoje a gestão do Parque Anhanguera é feita pelo DEPAVE 5, e agora, com essa proposta da criação da Unidade de Conservação de Proteção Integral entra o DEPAVE 8, para esclarecer o que diferencia. Obrigada.

Domingos Leôncio Pereira: É muito importante que a gente sempre reconheça a necessidade e a importância que as áreas verdes têm no município de São Paulo. As áreas verdes públicas ajudam a proteger aquele remanescente, ou nascentes, ou corpos d'água. Mas dentro da tipologia, o parque urbano tem um grau, uma intensidade de uso um pouco maior do que uma unidade de conservação. Principalmente as unidades de conservação de proteção integral. Então a gestão vai mudar bastante, principalmente em relação a esse tipo de uso. Justamente por isso que a gente teve até algumas propostas de incorporar o Parque Anhanguera na sua integralidade como a Unidade de Conservação de Refúgio da Vida Silvestre. Mas a gente ficou muito propenso a deixar um pedaço desse parque, se eu não me engano, tem naquela tabela, acho que são um milhão e oitocentos mil metros quadrados, cento e oitenta hectares, um pouquinho mais, para parque urbano, para que ainda tenha a possibilidade desse uso intensivo por parte da população. Porque também é uma região carente, não têm tantos parques assim, parques urbanos. Porque quando for a implantação do refúgio da vida silvestre, e a tendência na gestão é isso, mudar radicalmente, e você ter um uso bem menos intensivo, muito mais associado à questão do ecoturismo, da educação ambiental, do lazer e do relacionamento com a natureza, do que atividades extremamente esportivas, ou de lazer, de entretenimento. Então isso muda bastante. A gente, como unidade de conservação, é obrigado a ter um plano de manejo efetivo. E esse plano de manejo tem que funcionar, porque senão não se permite nem a abertura da unidade de conservação. A gente tem alguns mecanismos legais que permitem maior proteção para essa área. E também o aporte de recursos de compensação ambiental, mesmo de recursos de nível Estadual, federal, ou mesmo internacional, para essa área. Então isso gera bastante comprometimento por parte da municipalidade na proteção da área, e da sua zona de amortecimento, porque o plano de manejo também estabelece uma zona de amortecimento para unidade de conservação. Então isso também é um diferencial bastante grande com relação aos parques urbanos. Alguém gostaria de complementar alguma coisa? Tudo bem? Sim, o refúgio de vida silvestre é um tipo de unidade de conservação e proteção integral que não necessariamente



precisa ser área pública, pode ser área particular, e pode ser feita pela iniciativa particular. Não precisa ser pela iniciativa pública. Mas de qualquer forma, o Anhanguera, a gente pensou nisso, e é totalmente público, a gente escolheu justamente uma área, ele tem ainda, como vocês podem ver lá em cima, na parte de cima, norte do parque, não pega exatamente o limite do município. São áreas que são da ferrovia. E ainda está em litígio isso. Então uma das tarefas do plano de manejo é apontar caminhos para gente resolver esses litígios e incorporar essas áreas na unidade de conservação.

Secretário Rodrigo Ravena: Eu acho que esse passo é um passo importante. A gente começa a dar trato à bola a uma área que é superimportante para cidade, e estava meio largada. Eu acho que isso muda um pouco o perfil. A gente tem um equipamento instalado lá, de primeiro mundo, que faz um serviço de primeiro mundo, e acho que isso vai ajudar a dar o valor necessário que essa área do município tem. E isso vai ajudar também a desmistificar um pouco a história do eucalipto, porque o pessoal do Domingos aí, a gente andou conversando em vários caminhos, eu também tinha essa ideia de que: Não, vamos arrancar tudo quanto é eucalipto e tal. E a história do sub-bosque tem criado trilhas e trajetos para animais que não frequentavam a área. A gente está criando um outro tipo de área de preservação, que acho que é até objeto de estudo de um de vocês. Então acho que isso é importante. Isso está gerando, além de proteção para cidade, está gerando conhecimento científico para o Brasil inteiro. Então acho que é importantíssimo. Acho que essa iniciativa tem todo meio apoio. Enquanto eu estiver aqui, vou fazer todo possível para até o final do ano a gente ter alguma coisa aí já realizada efetivamente. Se der, até o Decreto.

Domingos Leôncio Pereira: Eu posso falar mais uma coisinha?

Secretário Rodrigo Ravena:: Pode.

Domingos Leôncio Pereira: Eu acho importante uma coisa que a Hélia falou, é que realmente essa unidade de conservação, esse refúgio de vida silvestre, é um exercício. É um exercício técnico de a gente criar um valor, de verdade, não só econômico, mas um valor em termos técnicos, das áreas que a gente tem na cidade, É preciso, porque gente olha, e muitas vezes, no senso comum, a gente enxerga uma mata: Ah, quanto verde! E a gente para por aí. Põe um ponto, ao invés de uma vírgula, quando a gente diz quanto verde tem naquela área ali. É importante que a gente faça estudos técnicos da qualidade que daquilo, até para diminuir, minimizar os preconceitos que a gente tem com relação a essas áreas, aos corpos hídricos. Porque também uma área desvalorizada, ela é escondida ou é mal tratada. Um rio desvalorizado, ou ele é esquecido ou ele é tapado. E a gente precisa requalificar, de fato, a cidade, o espaço, o território da cidade, em termos ambientais. Então é um bom exercício para esses planos que a Hélia citou. Planos em uma cidade não são mais do que exercício mesmo do planejamento e da valorização que o espaço tem. Então é muito importante mesmo que a gente exercite, como se a gente dissesse para nós mesmos, que nós não somos donos da verdade, e que a verdade está escondida dentro da realidade. E é lá que a gente tem que buscar essa valorização, e esses aspectos que as vezes a gente negligencia.

Cons. Ângela: Ângela Branco, Secretária Municipal de Segurança Urbana, Guarda Civil Metropolitana. Primeiramente, parabenizar o trabalho da Divisão de Unidade de Conservação, Divisão Técnica, Medicina Veterinária e Manejo da Fauna Silvestre, pela iniciativa. Isso traz um novo olhar para questão do Parque Anhanguera. O maior parque urbano, às vezes um pouco esquecido pela própria população, a população não conhece esse parque, a Secretaria também deixa um pouquinho de lado, porque ele está distante. E um parque que está recebendo um olhar bastante atento da administração nos últimos tempos. A Divisão de Fauna, Secretaria do Verde completou vinte e três anos ontem, espero que tenha tido uma boa festa aí de lembrança, a Secretaria. E parabéns a Divisão de Fauna, porque também esse crescimento, esse aprofundamento nas pesquisas que iniciaram há tanto tempo, e você observa, ao longo do tempo,



como tem ganhado qualidade, profundida. E acho que era essa a grande missão mesmo, e tem desenvolvido com muita desenvoltura e brilhantismo. O que eu achei interessante dentro dessa questão, primeiramente, manter também o uso público. Tem uma área, até a própria formação do parque permite que esse parque, ainda de uso da população, ele mantenha, tenha equipamentos, e a população da região utiliza bastante esses equipamentos. Então consorciar essas ideias. E a questão do refúgio de vida silvestre, também ele traz uma luz para questão da diversidade faunística da cidade, porque mostra a importância da ocorrência dessas diversas espécies que foram listadas pela Juliana. E também incorpora algo de uma reflexão. Porque nós estamos sempre progredindo. Às vezes fazemos ensaios em questões de implementar equipamentos, ou metodologias de trabalho. E o CEMACAS, o Centro de Manejo e Conservação da Fauna Silvestre, como o Secretário bem mencionou, equipamento de primeiro mundo, está instalado nessa área. E mostra que, na verdade, esse é um equipamento fundamental também dentro de uma lógica de discutir a questão da fauna em um parque, a questão do aprofundamento da pesquisa, mostrando que tem que conciliar, você tem que equipar, você tem que ter um centro mais avançado para fauna. Eu acho que é isso que o CEMACAS desenvolve lá. E tem um hospital veterinário! Tem, mas esse hospital não leva doença. Esse hospital estuda a doença dos animais silvestres. Aquela lógica, que achavam que hospital veterinário de animais silvestres no parque poderia impactar uma unidade de conservação. Nada! Basicamente ele também é um equipamento para uma unidade de conservação moderna, que olha a questão de vegetação, fauna, com bastante qualidade. Então não posso deixar de parabenizar. E agradecer também, lembrando que a Guarda Civil Metropolitana conseguiu para uma cessão de uso, a Segunda Inspeção da Superintendência de Defesa Ambiental, está instalada justamente no Parque Anhanguera. Então essa importância também, e o agradecimento da Guarda Civil Metropolitana Ambiental, estar presente nessa área, poder participar, intensificar a fiscalização da fauna, flora, e atuar conjuntamente com a equipe da divisão de fauna.

Secretário Rodrigo Ravena: Obrigado. Mais alguém? A gente não fez festa não, mas a gente ganhou um presente. Nós vamos ficar vivo até o final do ano. Conseguimos dinheiro. Então não precisava festa, basta o presente. Dá para ficar vivo. Então vamos passar para o item... Você quer falar, Juliana? Por favor.

Juliana Summa: A gente não esqueceu. A gente vai ter uma festa. A gente vai ter o lançamento do inventário de fauna do município, que o último foi em 2010, contava com setecentas espécies mais ou menos, e já está com mais de mil espécies para o município de São Paulo. Então a gente não se esqueceu da festa.

Secretário Rodrigo Ravena: Maravilha. Vamos passar para o item 2, da ordem do dia, que é exposição sobre plano municipal de preservação e combate a incêndios em áreas florestais do município de São Paulo, Operação Fogo Zero, pelo senhor Jânio Marcos Rodrigues Ferreira, coordenador do geoprocessamento, DEPAVE 8, e Adriano Candeias de Almeida, Gestor do Parque Natural Municipal Bororé, DEPAVE 8. Com a palavra.

Adriano Almeida: Bom, primeiramente, bom dia. Eu sou Adriano, um dos técnicos do DEPAVE 8, da Secretaria do Verde. Eu vou falar um pouco sobre o nosso plano de prevenção e combate a incêndios em áreas florestadas do município de São Paulo. A gente tem visto aí, nos últimos anos, essa crescente problemática dos incêndios. O Ministro do Meio Ambiente veio na televisão, a gente está tendo várias reportagens. Esse período nosso de estiagem, ele só tem aumentado, e isso tem causado um transtorno aí, prejuízos enormes nas unidades de conservação e áreas rurais, principalmente aquelas na zona sul. A Secretaria do Verde e Meio Ambiente sempre trabalhou com essas questões, mas com ações isoladas e pontuais. Então pensando nisso, em melhorar esses procedimentos, em melhorar essas ações, atuando em parceria com a Defesa Civil. Então o objetivo é justamente esse, é munir a Secretaria do Verde de procedimentos e estruturas para atendimento dessas ocorrências, de uma forma mais rápida, eficaz, e com mais



técnica. A gente sabe que o efetivo do Corpo de Bombeiros hoje, ele é pequeno, tem uma demanda gigantesca, mas principalmente para cidade de São Paulo. O próprio Corpo de Bombeiros não tem estrutura, e dão outras prioridades para o atendimento, e não as nossas unidades de conservação. Então geralmente a gente aciona o Corpo de Bombeiros, ele chega três horas depois. Mas é devido a uma série de outros fatores. Estão em ocorrências de rua, dão prioridades à vida, as residências e as nossas unidades acabam ficando em segundo plano. Então a gente vai adquirir alguns equipamentos, algumas estruturas, contratação de serviço, contratação de brigadas, e formar mesmo esse plano de contingência para atender essas ocorrências de forma eficaz. Os principais problemas que a gente tem hoje, principalmente que causam os incêndios, na zona sul são as limpezas dos terrenos. Infelizmente, para algumas culturas, acabam ateando fogos nesses terrenos, e esses fogos vão para as nossas áreas protegidas. (falha no áudio) fundiárias também, o pessoal acaba ateando fogo para fazer o bosqueamento e possível invasão. A questão dos balões. Na cidade de São Paulo é bem comum, cai mesmo, principalmente na época de estiagem, justamente na época de São João, o pessoal solta mais balão e acaba atingindo as nossas unidades de conservação. Que geralmente são áreas remotas, e demora um longo período até a equipe de emergência, ou a equipe de conservação conseguir fazer o atendimento dessa ocorrência. Os parques, principalmente da zona leste, que estão inseridos nos centros urbanos, sofrem muito com atos religiosos. Infelizmente, a pessoa vai lá fazer a oferenda dela, se manifestar religiosamente, acaba acendendo uma vela, essa vela cai no chão, na vegetação seca, principalmente quando é uma área um pouco mais... (falha no áudio) acaba causando um incêndio florestal. Nós já tivemos esse ano, em um parque, que é o Parque Córrego do Bispo, um carro atropelou uma criança, a comunidade foi fazer uma manifestação, colocou fogo nos pneus e o fogo acabou ocasionando um incêndio florestal. Então esses parques vêm sofrendo esse tipo de ocorrência, justamente por estar inserido em uma grande metrópole. (falha no áudio) fundiárias. Isso aí. A gente dividiu a cidade em três zonas. A gente dividiu aqui, zona norte, zona leste (falha no áudio). A gente vai instituir três pólos de prevenção e combate a incêndios florestais. Um no Parque Anhanguera, um no Parque Natural Fazenda do Carmo e no Parque Natural Itaim. A ideia é que a gente estruture esses núcleos com tudo aquilo para atender as ocorrências. Então caminhão pipa, equipe de brigada, equipe de educação ambiental para trabalhar na região. Quando pegar fogo em qualquer área protegida, ou florestada, destacada no PMMA, a gente vai ter um fluxograma, junto com a Defesa Civil, que vai ser ligado para esses núcleos e esses núcleos vão atender as ocorrências de incêndio nessas regiões. A gente sabe que, a princípio, três são poucos, para o tamanho (falha no áudio). Mas já é um começo. A gente acredita que, posteriormente, vai expandir mais esses números. Cada núcleo desses vai ter toda estrutura e todo aparato para o atendimento das ocorrências. Então veículos adaptados, especiais para o combate, à questão do trator, que é utilizado para fazer manutenção de aceiros, para fazer toda parte de prevenção. Então cada núcleo vai pensar como que ele vai tratar a questão, a problemática do incêndio na sua região. Então ele vai trabalhar não só com o combate efetivo das ocorrências, mas, sim, com a questão da prevenção. Então ele vai fazer os aceiros, vai abrir estradas, para facilitar o atendimento das ocorrências, vai instalar caixa d'água agrícola, vai ver onde tem ponto de hidrante, e vai trabalhar principalmente na questão da educação ambiental e a informação daquela problemática para população ali existente. Então a ideia é fazer palestras em escolas, posto de saúde, terminal de ônibus, para falar mesmo para população os prejuízos que isso causa, não só para o meio ambiente, como para saúde humana. Então a ideia é que o cara que esteja trabalhando também com a questão da manutenção, com a questão de abrir o aceiro, de limpeza de acero, ele também seja um brigadista. Então está pegando fogo, ele vai pegar o trator que ele está usando para limpeza, vai acoplar uma bomba, e vai sair para apagar fogo. Então todo mundo que está envolvido nisso, vai ser brigadista. Estes são os equipamentos principais para um brigadista, que é o macacão, o macacão é uma roupa especial, bomba costal. Esse é um soprador de alta pressão, que o ICMBio e o Bombeiro está adquirindo aqui em São Paulo, que apaga o fogo muito mais fácil. O GPS, rádio, são os equipamentos aí para os brigadistas que a gente está prevendo para que aquisição e contratação também de serviço



especializado. Os núcleos vão identificar também o principais pontos ali de cada região, aonde precisa ser instaladas torres de observação para facilitar a visão do brigadista, da área que está pegando fogo. Então é muito importante. A gente tem uma hoje, que é no Parque Anhanguera, que dá uma visão ali de quilômetros. Então o brigadista vê a fumaça, vê lá um princípio de incêndio, ele já consegue avisar a equipe em terra, para chegar mais fácil até o local. A questão da comunicação também, a gente está prevendo a contratação de um serviço para viabilização, instalação de um serviço de comunicação. A ideia é que esses polos se comuniquem, e se integre com a Defesa Civil e com a Guarda Ambiental também, para facilitar os serviços. A instalação de caixa d'água agrícola. A gente já teve uma conversa com o Corpo de Bombeiros, a gente está pedindo também aquisição dessas caixas para serem instaladas nas unidades de conservação, em áreas remotas, em áreas prioritárias, enfim. Porque o caminhão do Bombeiro chega para apagar o incêndio, acaba a água, ele tem que voltar até o hidrante mais próximo, que geralmente é longe, aí demora um tempo danado para ele voltar e o incêndio vai se propagando mais. Então a ideia é a gente instalar nas unidades, acabou a água, o Bombeiro, o brigadista, enfim, a equipe chega, abastece, e vai atender a ocorrência mais fácil. Ela serve como mirante também, porque ela tem mais de dez metros de altura. Então o brigadista pode subir nela e observar o incêndio aí. A parceria com a Defesa Civil, que é fundamental. Esse plano a gente vem construindo juntos. O Ronaldo está ali. A Defesa Civil, a gente já fez dois treinamentos, a questão de prevenção e combate a incêndio florestal, no Parque Anhanguera. A gente vai trabalhar com a Defesa Civil, com os voluntários. Os voluntários que a Defesa já tem para trabalhar as questões de emergência, a gente vai absorver e vai capacitar esses voluntários para atuar na questão do combate e na questão dos incêndios florestais também. Então o Fábio lá, que é o responsável na Defesa por isso, já está fazendo esse planejamento aí. A questão do CGE. O CGE está passando as informações para nós sobre temperatura, umidade relativa do ar, velocidade do vento, e a gente construiu aqui com o Jânio, uma ferramenta para estar disponibilizando para toda cidade, para todos os parceiros, os alertas de incêndio, através desse site. Será implantado um fluxograma de atendimento também, que o primeiro agente público que chegar no local, ou a equipe da Unidade de Conservação, ao invés dele chegar, pegar o celular dele e ficar ligando para todos os parceiros e os agentes envolvidos ali na região, isso toma um tempo muito grande, e as vezes a pessoa não tem o telefone do parceiro certo, não sabe para quem ligar e fica toda aquela bagunça. Então a gente está estruturando com a Defesa Civil um telefone de emergência. O agente público vai chegar no local, vai ligar para o 199, vai falar do incêndio, local do incêndio, passar as primeiras informações, a intensidade do fogo. E o 199, telefone da emergência da Defesa Civil, vai fazer essa distribuição de informações e vai acionar os parceiros, de acordo com a intensidade do incêndio. Então vai ligar para o Corpo de Bombeiros, vai ligar para a Defesa Civil, as que ficam alocadas nas subprefeituras que já estão disponíveis para atuar nos nossos combates aos incêndios, vai ligar para os parceiros, que são voluntários da região, são instituições privadas que estão nos apoiando também, escola de Bombeiros, empresas, enfim. Vai ligar para o SAMU, se tiver vítima, vai acionar a GCM, enfim. E esse fluxograma vai aumentando, de acordo com o incêndio. Mapeou as unidades de conservação e algumas áreas prioritárias. A gente disponibilizou esse mapeamento para os serviços de emergência, Corpo de Bombeiros, para a Defesa Civil e para os parceiros de cada região. A gente dividiu o parque, as unidades, em núcleos, em zonas A, B, C e D, colocamos as estradas, as vias, e as sedes do Corpo de Bombeiros e da Defesa Civil, dos parceiros mais próximos. Então a ideia é a gente entregar esse mapeamento, o Bombeiro vai ver: Olha, eu estou aqui, e está pegando fogo no setor B. Eu sei qual é a estrada, como eu faço para chegar mais rápido lá, e ter um atendimento mais eficaz nessa ocorrência. Porque incêndio, os primeiros quinze minutos você consegue combater ele. Passou disso, principalmente se tiver um calor agora de verão, um vento muito forte, dificilmente a gente vai controlar. Então a ideia é minimizar esse tempo de atendimento aí. Agora essa parte é com o Jânio.

Jânio Marcos Rodrigues Ferreira: Bom dia, meu nome é Jânio, sou do DEPAVE 8 e trabalho com geoprocessamento e mapeamento, no DEPAVE 8. A ideia de dar sequência na apresentação



do Adriano, é mostrar uma ferramenta, que é uma ferramenta computacional. Ou seja, é um modelo que vai gerar uns mapas dizendo o grau de fragilidade de risco de incêndio dentro do município. Eu tive assim, uma participação, vale ressaltar, muito forte, do Marcos, que é o meu estagiário, que me deu uma boa ajuda na modelagem. E o nome da ferramenta, GEOIGNIS, considerando GEO - terra e IGNIS - incêndio. Bom, qual é a função dessa ferramenta? Primeiro, ela foi modelada em uma plataforma chamada mode builder, que é uma plataforma de um software que possibilita você criar modelos de correlação entre variáveis cartográficas. Ou seja, você pega um monte de dado, faz uma sequência de modelagem, gera, deriva um produto que é uma informação útil. Então eles são úteis na gestão de processos, enfim, tratamentos de dados. Você tem entrada, inputs, e outputs de processos, encadeados de forma como fluxograma. Eu tenho o fluxograma desse software. Então basicamente é assim, nós temos dados climatológicos tabelados, que são enviados pelo CGE, do Ronaldo, e a FCTH, que é a Fundação da Poli, do Centro de Tecnologia Hidráulica, eles nos mandam... eles operam trinta e dois, não é, Ronaldo? Vinte e duas estações meteorológicas automáticas no município. E essas estações elas captam dados de dez em dez minutos, e forma lá um banco de dados gigantesco, de diversos tipos de dados, temperatura mínima, máxima, média, pressão, direção de vento, temperatura de superfície. Esse é um dos dados usados para o modelo. Além disso, eu tenho a topografia do município, os vetores topográficos, curva de nível, a hidrografia, os pontos cotados, as vias, que é o vetor viário, o limite da área e análise, que no caso é o limite do município, e os vetores de uso de ocupação da terra. No caso, a gente está usando, por enquanto, só a cobertura vegetal, que é fruto do Plano Municipal da Mata Atlântica, do PMMA. Então na modelagem, por ser risco de incêndio florestal, então foi escolhido as áreas florestadas do PMMA. Então eu entro com esses dados, gera os processos, que ele gera um raster, ou seja, um mapa com o grau de risco de incêndio florestal. Então os dados de entrada são, lá, os dados tabelados climatológicos do CGE/CTH, a topografia, que vem do GEO SAMPÁ, que é o sistema de dados geográficos do município, o sistema viário, o limite do município e o mapeamento do PMMA. Nós usamos, por enquanto, o PMMA, mas mais para frente a gente pode modelar, para o modelo ficar mais confiável, com base nas classes de uso do solo. Então esse aqui é só um teste. Essa aqui é parte bem matemática mesmo, que é a modelagem em si. Como que é feito isso? O RIFE, que é o risco de incêndio florestal, é uma álgebra simples de alguns cruzamentos. Que é uma média ponderada da altimetria. Esses números aqui, eles são coeficientes multiplicados por cada categoria. Isso aí a gente pode pensar em modificar também. Vem de uma metodologia da UFES, da Universidade Federal do Espírito Santo, de um pessoal que trabalha com essa questão de risco de incêndio. Então ele nada mais é do que, eu entro com dados de altimetria, declividade, exposição de vertente, porque dependendo da orientação da vertente vai ser mais exposta ao sol, ou não, a cobertura vegetal do Plano Municipal da Mata Atlântica, os dados de precipitação, que vem lá da tabela do CGE, a umidade relativa também, a temperatura, e um dado relativo a distância, que é a distância linear de via. Ou seja, na modelagem da UFES, do pessoal do Espírito Santo, eles consideram um parâmetro que é: quanto mais distante está um fragmento de mata de uma via de acesso, ele tem um grau maior ou menor de correr o risco de incêndio. Tendo em vista a mobilidade, o fluxo de carro pode gerar uma bituca de cigarro, ou outras coisas mais que pode startar o incêndio. Pode passar. Assim, aqui é só para vocês terem uma ideia da interface do software, na verdade. O que a gente criou. É um software simples, que modela, ou seja, isso aqui é a tela de entrada do GEOIGNIS. Isso aqui você vai entrar com os dados, aqueles dados climatológicos, ele vai fazer todo esse cálculo, e tem os parâmetros, os pesos que foram dados para cada coeficiente, enfim. O final é uma coisa assim, um mapa dizendo o risco de incêndio em determinado momento do dia. Que assim, se eu recebo a tabela de dados climáticos às 09h00, eu consigo, como é automático, em quinze minutos, gerar um mapa desses de risco de incêndio florestal, e lançar em alguma plataforma digital, que a gente pode pensar mais para frente em disponibilizar isso. A ideia é auxiliar no plano de incêndio, uma ferramenta visual, e que as pessoas, os gestores e toda equipe envolvida, possam olhar aquilo e fazer um escaneamento mesmo do município, e olhar: aonde que a gente precisa dar mais atenção nesse dia? Dependendo da insolação e de como está o clima no dia. Ele vai mostrar,



em cores... isso aqui também a gente pode mudar. Esse aqui é um modelo para o dia 12/08/2015, às 09h00. Então assim, quando eu passar para o próximo, vocês vão perceber nitidamente a diferença do risco de incêndio florestal com base no horário, que tem a ver com a incidência de radiação solar e aumento de temperatura, dependendo do momento. Então esse aqui é dia 12/08, às 09h00. E aqui já é no mesmo dia, às 17h00. Então assim, você vê nitidamente uma mudança considerável, porque às 17h00 já teve um período de recepção de insolação, enfim, bem considerável, que é o que aumenta o grau de risco na modelagem feita. Depois eu vou abrir para pergunta. E aí, atendendo um pedido do Secretário também, eu sempre coloco uma estimativa de valor. Que acho que assim, a gente tem que trabalhar com coisas, pensando: ah, quanto custa? Quanto custa a aquisição disso? Quanto custa a aquisição de software? Pra trabalhar com esse modelo, obrigatoriamente eu preciso trabalhar com um software de mapeamento, que não é um software livre, é um software proprietário, preciso adquirir a licença. E aí tem um preço aproximado, com base no orçamento que eu fiz a quatro semanas, de uma licença, duzentos e trinta e nove mil. E aí pensando que a gente vai trabalhar com várias Secretarias, a ideia é que o modelo não fique restrito única e exclusivamente a nós, SVMA. Porque como é simples de ser gerado, ele pode ter em outros lugares, para agilizar a geração do mapa de risco de incêndio diário. Considerando que uma das equipes pode ter um problema, enfim, o outro já tem a ferramenta técnica para ele gerar automaticamente. Como é muito simples, depois de modelado qualquer um pode gerar, é só entrar com os dados. Entra com os dados, manda rodar, ele gera o mapa de risco de incêndio, que pode ir para algum lugar visível à população, e aos gestores, as Secretarias. É só uma estimativa. Se eu fosse adquirir cinco licenças, ficaria em um valor aproximado de seiscentos e setenta mil, para as licenças que eu necessito para rodar o software de um jeito ágil. Já está acabando. Essa é a ferramenta, era isso que eu queria apresentar para vocês. E vou retornar para o Adriano, para fazer as considerações finais.

Adriano Candeias de Almeida: Essa ferramenta vai ser extremamente importante, porque a partir dela, dessas informações, é que vão ser tomadas todas as atitudes ali por parte dos parceiros em relação aos incêndios. Depois, a parte das perguntas, o Ronaldo pode explicar um pouco mais sobre esse plano de chamadas. A gente já está desenvolvendo uma parceria, está sendo construído um termo de cooperação técnica entre a Secretaria do Verde, a Defesa Civil e a Universidade Santana, para trabalhar as questões de desenvolvimento de novas tecnologias, um curso de extensão para a questão aqui da Secretaria do Verde e para trabalhar com a questão da interação socioambiental, de voluntariado ali dos alunos, na questão da prevenção e educação ambiental nas comunidades. Não adianta a gente ter toda aquela estrutura, todo aparato para atendimento das ocorrências, sendo que se a comunidade não abraçar essa ideia, não ter o pertencimento ali da região, não entender a problemática, nada disso vai funcionar. Então a gente tem que trabalhar muito na questão da prevenção, e a parceria com a Universidade Santana aí, vai ser fundamental, para utilização dos laboratórios e o próprio serviço de educação ambiental ali, que os alunos vão desenvolver nas regiões dos polos. A questão de educação ambiental, a gente está pedindo para fazer confecção de banners, material de divulgação, folder, em revistas educativas, divulgar em mídias sociais. Em alguns jornais de bairros, a gente já está conseguindo lançar essas matérias, falar um pouco sobre essa problemática e já estamos atingindo ali algumas regiões. Por exemplo, o Jornal da Chácara Santo Amaro, a gente já conseguiu falar sobre os incêndios florestais. E de Parelheiros, a gente está tentando. Então a questão é adquirir também essas tendas, Datashow, divulgar em mídia, para gente falar dessa problemática nas escolas, instituições de bairro, terminal de ônibus. Quanto mais a gente conseguir disseminar essas informações, eu acredito que melhor vai ser o retorno por parte da prevenção aí da população. Qual a situação da SVMA hoje? A gente dispõe de contratos de serviço de vigilância, onde os vigilantes atuam como brigadistas. 99% das ocorrências, os vigilantes das unidades de conservação atendem sozinhos. Agora a gente ter a parceria com a Defesa Civil, as equipes das sub-regiões ali das subprefeituras atendendo, mas o Bombeiro, dificilmente ajuda a gente aí. A questão do serviço de prevenção também quem faz é o próprio gestor da unidade, que trabalha



com educação ambiental ali. E a questão do serviço de prevenção e limpeza de aceiros são feitos por contratos com as empresas aí de manejo. As parcerias principais que a gente tem hoje é com a Defesa Civil, a GCM Ambiental, para melhoramentos no Parque Anhanguera, a Cooperar, parece que é uma cooperativa de agricultores da zona sul, porque eles também sofrem com incêndio. E a Fundação Florestal, com o Parque Estadual da Cantareira, e Juqueri, que vem nos ajudando. A gente já conseguiu contato com o Corpo de Bombeiros, fizemos uma primeira reunião aqui, o pessoal da CFA, da Secretaria do Meio Ambiente, da Operação Corta Fogo, a gente já está tendo uma conversa, vamos ter uma parceria. Algumas Secretarias também, de outros municípios, também procuraram a gente, Ribeirão Pires, Guarulhos e Santo André, estão interessados em apoiar e aprender um pouco com a gente aqui também. Esse foi um dos cursos que a gente fez no Parque Anhanguera, sobre prevenção de combate a incêndio. Então a parte da manhã foi o Fábio com primeiros socorros e atendimento de ocorrências que podem se dar no atendimento dos incêndios. O Chico Ronda, que é gestor do Parque Estadual do Juqueri, que é especialista em incêndio, falou sobre o combate. E aqui a gente atendeu não só a municipalidade aqui de São Paulo, mas outros municípios vieram participar também, da Grande São Paulo aí. A GCM também participou. Esses são alguns incêndios lá no Parque Anhanguera, então essa é a equipe de voluntários. Essa aqui já é a parceria que a gente tem, então está aqui o caminhão da prefeitura e a equipe da Melhoramentos trabalhando junto. Esse foi o convite do incêndio. Esses aqui também são as parcerias, Melhoramentos e o Parque Anhanguera. Eu acho que incêndio florestal é isso, a gente tem que se ajudar. É uma ajuda mútua, porque é um problema gigantesco, é um problema enorme, quem está em campo lá sabe a dificuldade que é apagar um incêndio, e quanto mais pessoas, mais instituições ajudarem, melhor vai sair o atendimento a ocorrência e mais bem preservado vão ser as nossas unidades de conservação. Eu acho que é isso aí. Fui rapidinho agora, para não estourar o tempo.

Secretário Rodrigo Ravena: Pessoal, eu queria agradecer. Mais uma vez, parabenizar. Eu acho que o trabalho está muito bem feito, muito bem pensado. Agradecer a presença aí do Ronaldo Malheiros, da Defesa Civil, que tem sido um grande parceiro no desenvolvimento dessa nova forma de preservar São Paulo. Eu acho que é importantíssimo isso que vocês estão fazendo. Vamos arrumar dinheiro para fazer. Se não arrumar dinheiro, vou arrumar parceiro para bancar essa ideia, porque é importantíssimo que a gente tenha isso implantado no município. A gente começa a ter, de novo, risco de incêndio no calorão e tal, e a gente precisa estar preparado. E nada, nada, nós temos 30% do município como remanescente de mata atlântica. Então se não tiver isso aí, e nós vamos ter problemas. E sérios. Então eu acho que esse primeiro passo, importantíssimo. Dona Cecília, por favor.

Cons. Cecília: Cecília, centro-oeste 1, Butantã. Lá na minha região, que é uma região que tem bastante verde, porque tem o Instituto Butantã e outras áreas, a comunidade já teve muita dificuldade para avisar incêndio. Então a gente quer avisar incêndio, a gente liga para 190, de 190 a gente liga para 192, a gente liga para polícia florestal, a gente liga. Então eu quero manifestar aqui, com toda coragem, que eu não gostei do que eu vi aqui. Por quê? Eu vi que vai ser investido em um programa para mostrar as possibilidades das ocorrências de incêndio, foi o que eu entendi. E eu queria dizer o seguinte, eu estou acabando de ler um livro dos guaranis, muito antigo, por causa do Peabiru, e tem uma lenda que eu acabei de ler ontem. Que eles eram uma tribo que estava lá no Atlântico e, de repente, em uma manhã, eles perdem o fogo. Eles não têm mais fogo nem para cozinhar e nem para se aquecer. E aí eles resolvem ir em direção do sol, do poente, foi assim que... e lá no (falha no áudio) cai uma chuva muito forte, com raios, trovões, e o que acontece? Um incêndio. E aí eles pegam o fogo, aí pronto, aí eles têm fogo, levam de volta para o litoral, e alguns continuam e tal. Então, incêndio vai ter. Vai ter chuva, vai ter raio, vai ter trovão. Então é necessário realmente. Agora, quem mais precisa estar junto? Porque não adianta, gente, ficar fazendo uma modelagem, porque ninguém vai dizer a hora que vai ter a chuva e o trovão. Ainda mais nessa época que a gente está vivendo. Até pode ter essa modelagem, não sou



totalmente contra essa modelagem, que tenham pessoas lá se dedicando a isso, podem fazer essa modelagem. Mas essa modelagem não vai resolver o imprevisto do incêndio. Então eu entendo que as comunidades precisam ser informadas, a educação ambiental realmente é necessária, porque além desses incêndios da natureza, existem outros que são provocados pela ignorância de nós mesmos, ou pela soltura de balões, ou então... É necessário a gente conversar e dialogar, e estar muito junto. Estar muito junto dessa comunidade. Esse é o maior investimento. É a comunidade saber aonde é que ela vai ligar, para quem é que ela vai ligar, quem é que vai receber essa ligação. Gente, eu já fiquei horas querendo comunicar um incêndio. Eu acho que o primeiro ponto é trabalhar. Porque assim, os olhares, os olhares das pessoas que estão em volta, não digo dessa mata Anhanguera aí, que é tão grande, mas nas demais áreas verdes, a comunidade do entorno é o maior observatório do incêndio. Então eu acho que o plano, a atenção maior tem que ser dada para educação ambiental e para a comunicação do incêndio, como essas comunidades comunicam o incêndio. Obrigada.

Secretário Rodrigo Ravena: Cecília, só para retomar, a primeira parte da apresentação foi dedicada a demonstrar o que a gente pretende. Não é um programa de computador que vai controlar incêndio. A gente está criando, através da central 156, uma linha direta para informação de incêndio. Com apoio da Defesa Civil. Então a gente está criando um novo mecanismo. Não é para ficar ligando para o Bombeiro. Porque, como eles mesmos falaram, para nós também é um problema. A gente as vezes tinha que ligar para o Bombeiro, a gente não conseguia ligar. E a prioridade do Bombeiro também está sendo invertida, e a gente está criando um código especial, com o Bombeiro, para esse tipo de atendimento, por quê? Para o Bombeiro se ligar e falar: olha, é fogo em mata. Pra eles é fogo no mato. E se tiver uma casa pegando fogo, eles vão, primeiro, para a casa. Isso é código de atendimento do Bombeiro. A gente não vai mudar. Então a gente está criando novos protocolos. Não é o programa que vai resolver. O programa é uma das ferramentas que envolvem Secretaria do Meio Ambiente, Bombeiro, Defesa Civil, subprefeitura, os gestores de todas as áreas. Então é um plano bem mais complexo do que isso.

Cons. Cecília: Rodrigo, eu acho que era importante também, que se eu ligo no 190, ou no 192, 193, eles lá já estejam informados que tem que ligar para 156, e eles mesmo ligam para 156. Porque você liga lá no um nove não sei o quê, e eles não sabem...

Secretário Rodrigo Ravena: Cecília, o problema é o seguinte, isso não existia, nós estamos criando agora. Eles estão criando agora. Eu não estou criando nada. Eles estão criando. Eles estão criando uma nova metodologia, um novo formato dessa informação. Os Bombeiros têm participado do desenvolvimento aqui. A última reunião que a gente fez aqui, há dez dias, todos os comandantes regionais dos Bombeiros sentados nesta sala para combinar com a Defesa Civil e com o pessoal da Secretaria quais seriam os protocolos a se atender. Como eles vão saber que o fogo em mata não é a grama da minha casa pegando fogo, mas um pedaço do parque. Porque para eles, a hora que você liga lá e fala: tem fogo aqui no mato. Tanto faz, para ele pode ser essa grama aqui, olha. Não é a prioridade. Então nós estamos criando outros protocolos que devem envolver isso também.

Adriano Candeias de Almeida: Bom, essa questão da parte de educação ambiental, a gente quer focar muito nessa parceria e nessa aproximação com as comunidades ao redor dessas unidades de conservação, dessas áreas florestadas, onde existe vegetação. Então a ideia é a gente chegar lá, montar essa tenda, chamar a comunidade, falar: olha, em caso de incêndio florestal, vocês vão ligar para esse número, esse vai ser o procedimento, o núcleo mais próximo vai vir atender. O próprio número já vai disseminar as informações para o Corpo de Bombeiros, para Defesa Civil mais próxima. Então a gente já colocou no plano essa preocupação. Porque o primeiro atendimento, quem vê a ocorrência, é a comunidade. Entendeu? Então a gente já pensou nisso. Então por isso dessas barraquinhas, desse material de divulgação, desses panfletos, de divulgar em jornal de bairro, divulgar em mídia social, divulgar em rádio. Disseminar essa



informação para que a comunidade saiba dos procedimentos e saiba o que fazer. Porque os primeiros olhos são, realmente, da comunidade. Então a gente quer trabalhar junto. A comunidade vai ver e vai ligar para nós. Então essa eu acho que é a ideia e é o que a gente vai trabalhar mais. Em cima da prevenção. Porque o que a gente gasta com prevenção, é muito menos do que o que a gente gasta no próprio combate. E também, a prevenção ela é fundamental para garantir, salvaguardar a biodiversidade das nossas unidades de conservação. Eu acho que é isso. As ocorrências sempre ocorrerão. Cabe ressaltar também que as ocorrências, 99%, elas são de origem criminosa e antrópica. Dificilmente vai cair um raio, principalmente na época de chuva, que vai causar um incêndio florestal. Geralmente causa mais em área de campo, em área de cerrado. E essa fisionomia a gente tem pouca na cidade de São Paulo. Eu acho que é isso. Mas as ocorrências sempre vão ter.

Secretário Rodrigo Ravena: Sueli. Ou Ângela? Então Ângela, primeiro.

Cons. Ângela: Ângela Branco, Secretaria Municipal de Segurança Urbana, Guarda Civil Metropolitana. Bastante interessante esse plano apresentado pelo Adriano, um plano de prevenção, mas eu senti um pouco de falta de informações, não sei se o Ronaldo, ou o próprio Adriano poderia dar um pouco, sobre o plano de ação. Porque prevenção é uma coisa, bastante interessante, o plano de ação. O que eu observo atualmente, na época de incêndio são dezenas de focos no município de São Paulo, que não pode ser combatidos pelo Corpo de Bombeiros. Então a ação imediata, rápida, seria mais eficiente, e dentro de uma lógica de prevenção ambiental, é o melhor mecanismo. Aí eu destaco a questão da Guarda Civil Metropolitana. Eu volto a falar, porque aqui estou representando essa Guarda, e em especial a Superintendência de Defesa Ambiental, que é a Guarda Ambiental. O que ocorre é que esses guardas são totalmente treinados, capacitados para atuar em incêndio, início de incêndio obviamente, mas falta equipamentos. Então, você elencou uma série de equipamentos, muito interessante, eu acho que poderia se pensar também de como equipar esse efetivo, dar mais treinamento, porque sempre tem que aprofundar essa formação e treinamento. Porque esse efetivo está exatamente nos polos que você colocou. Tem a Superintendência de Defesa Ambiental nas três regiões. Um efetivo de cerca de cem pessoas em cada uma dessas regiões. Que rapidamente, com informação de um início de incêndio, talvez, eles vão avaliar a situação, eles podem, com equipamento apropriado e com treinamento adequado, iniciar um trabalho que pode ser bastante efetivo. Porque eles são braços. Nós sempre falamos aqui, os guardas, nós temos que olhar esses guardas como braços e eles estão nas pontas, eles estão vendo as coisas rapidamente, eles podem atuar rapidamente, dentro de uma lógica até de um programa que nós criamos, que é o programa de defesa e vigilância ambiental. Então eles estão treinados, capacitados, só que eles estão precisando ser equipados. Até porque essa Superintendência é nova e ela não está devidamente equipada. Então eu gostaria que você falasse alguma coisa e a possibilidade de dar mais equipamentos para esses guardas.

Adriano Candeias de Almeida: Eu vou responder uma parte e o Ronaldo pode responder a outra. A primeira, é que a gente já está desenvolvendo alguns treinamentos com a guarda. A gente já treinou o pessoal da Anhanguera, o próximo é do Carmo, que a gente já está desenvolvendo com o Lucas. E acredito que até dezembro a gente consiga também com o pessoal da Capivari Monos. A gente dividiu o plano em duas fases. Aquisição de serviço especializado de vigilância brigadista, ou Bombeiro Civil, para atuar nas unidades de conservação. E a gente está pedindo para adquirir equipamentos de prevenção de combate a incêndios, que vão ficar disponíveis nesses polos, e podem ser usados pela guarda também. A parte agora do Ronaldo...

Ronaldo Malheiros: Bom dia a todos, eu sou Ronaldo, da Defesa Civil. Bom, primeiro eu queria dizer que esse plano é um plano inovador. Muitos municípios do nosso entorno, da região metropolitana, estão interessados em multiplicar esse plano por lá. Ele tem toda uma linha baseada nos planos de chuva que a gente já toca aqui na cidade de São Paulo, como foi



apresentado. Então é uma coisa nova, e eu parablenho aqui a iniciativa do Verde, na equipe da DUC, Domingos, o próprio Secretário, que está abraçando essa ideia. Já tem, no gabinete do prefeito, Secretário, uma Portaria organizando esse plano. Eu acho que é até importante se o CADES pudesse fazer uma moção para reforçar aprovação dessa Portaria, que dos modos do plano de chuva ela organiza todo esse plano e todos os atores. Então só para Ângela ter noção, vai ter um grupo de governança, que é uma coordenação compartilhada entre o Verde e a Defesa, da qual vai fazer parte um grupo em que a SUDAN está incluída. Que a gente entende que essa questão não pode ser colocada em prática sem a presença de vocês, dos outros atores como CGE, essa questão toda. Com relação ao que o Jânio colocou, nós apresentamos isso também para o estado, e o estado tem uma operação semelhante. Então só para vocês verem o avanço que é, e a qualidade desse trabalho, que lá o mapa que o estado mostra é um mapa muito estático. Ele coloca lá uma cor vermelha. E aqui não. Na verdade, nós vamos trabalhar detalhes que vão balizar. Porque assim, vamos fazer um paralelo entre o mapa que o Jânio colocou e um radar meteorológico que mostra aonde vai chover e quanto vai chover. A partir desse cenário, nós vamos criar semáforos, como é a chuva, observação, atenção, alerta, alerta máximo, para poder, a partir daí, mobilizar todo contingente, tanto interno quanto externo, desse plano. E uma coisa que eu acho que é importante, até pegando a manifestação da sociedade civil, quando a gente constrói uma política pública, a gente entende que a sociedade civil tem que participar. Mas ela tem que se envolver também. Então esta abertura vai ser dada. Então eu conclamo aqui as entidades da sociedade civil que somem esse plano, porque a gente não está pensando o plano internamente, ele vai funcionar com a participação de todos. Quer dizer, é uma coisa coletiva, e de extrema importância. Porque eu estava vendo aqui a apresentação feita aqui daquele refúgio, de conservação, agora vamos imaginar, se eu não tenho um plano como esse, concebido, o que vai adiantar a gente criar novas unidades? Então é um plano extremamente importante, e eu acho que é o momento da gente avançar e criar isso como vanguarda na gestão de riscos aí. E nós estamos colocando como riscos aí, tecnológicos, a questão dos incêndios.

Cons. Sueli: Bom dia a todos. Sueli, do Cemais, de São Mateus. O plano é ótimo. É um grande avanço. E mesmo com o custo, perto da prevenção, o custo é muito pequeno. Uma sugestão que eu gostaria de fazer, é que os conselheiros dos parques, os CADES regionais, fossem capacitados para serem brigadistas. Eu acho que seria extremamente interessante. Eu moro em um condomínio que tem uma reserva florestal de cinquenta mil metros, nós tivemos incêndio, e sempre que eu tenho oportunidade eu falo da nossa reserva florestal que é um oásis em São Mateus, e nós tivemos um incêndio na reserva, e não conseguimos o Bombeiro. Nós tivemos que fazer uma corrente humana, com balde, para levar morro acima, porque o Bombeiro, a hora que chegou, a comunidade já tinha controlado o incêndio. Ele chegou só para rescaldo e fazer a ocorrência. Então, se a comunidade realmente se apropria das suas áreas, luta e preserva, ela realmente pode fazer a diferença. E esse plano vai ser muito importante para as nossas áreas verdes, que estão de uma maneira meio deixada de lado, com os instrumentos que estão sendo criados, a gente vai conseguir melhorar. Acho que é isso. Obrigada. Ah, só mais uma coisinha. Desculpa. Como que a gente garante que isso não se perca com a mudança de governo? Por favor.

Secretário Rodrigo Ravena: Está na Secretaria de Governo o Decreto que formaliza, que institucionaliza esse modelo todo. Quer dizer, é o primeiro passo. A proposta do Ronaldo é interessante, a despeito da gente não ter quórum para deliberar, mas seria uma moção do CADES sensibilizaria, eu acho. Quer dizer, entendo que esse Decreto deve ser aprovado até o fim do ano. Existe um movimento dentro da prefeitura, isso no programa de sucessão sustentável, de a gente deixar pronto tudo que deve estar pronto para o próximo governo. Isso eu coloquei na relação do que eu entendo como prioridade da Secretaria, que deve estar aprovada até o final do ano. Deve já ter sido transformada em Decreto até o final do ano. A moção, se a gente puder deixar como item de pauta para próxima reunião, eu acho que a moção do CADES ajudaria essa vontade da



Secretaria, porque uma vez publicado, porque a ideia é de tornar o mais público possível, inclusive trazendo para cá. Tornar o mais público possível, porque sem o pertencimento, sem a participação, sem integração da sociedade em um plano como esse, esquece, não vai funcionar. Como tudo, não é? Não adianta eu implantar um parque que a população não quer, não adianta. Se não tiver todo mundo junto, não vai. Então a ideia é tornar isso público, efetivamente. Por isso, trazer para o CADES. Se a gente não conseguir o Decreto, da mesma forma que a gente fez com o PMMA, eu vou mandar publicar, pela Secretaria, o plano. Para tornar ele público. Já está público, já está publicizado, mas eu acho que tem que ter uma divulgação maior. E os membros do CADES podem ajudar a fazer isso. Então eu vou, se todos concordarem, pedir para que conste como item da próxima pauta uma moção pedindo a assinatura do Decreto que regulamenta, que dá estrutura formal que foi apresentada. Que isso já é um passo, para que? Para a gente criar condições de buscar parceiros e buscar dinheiro para implementar isso daí.

Ronaldo Malheiros: Em relação a treinamento, eles são abertos e a gente faz o convite para o CADES regional e para os Conselheiros do parque, divulga nas comunidades também. Então no último a gente já teve representante lá do Conselho do Parque Anhanguera e entidades da sociedade civil ali da região. Então a gente vai abrir para todos. A ideia é disseminar mesmo, que todo mundo tenha conhecimento sobre isso. É, tinha umas sessenta pessoas no último e a gente está com uma lista de espera de quase duzentas pessoas agora para o próximo.

Cons. Hélia: Hélia, DEPLAN. Em primeiro lugar, eu apoio a proposta que o CADES faça a moção, de que entre como item de pauta na próxima reunião. E eu gostaria de recuperar também uma proposta de moção, que teve há algumas reuniões atrás, que era de se efetivar a contratação do mapeamento da cobertura vegetal no município. Que esse mapeamento ele complementa. Porque hoje o que nós temos é o mapa dos remanescentes de mata atlântica, obviamente, o município ele tem mais vegetação do que só os remanescentes de mata atlântica. Ele tem outras tipologias de vegetação. Essa contratação está junto à Secretaria de Finanças, já foi licitada a empresa, na realidade, precisava efetivar a contratação. Então para recuperar a proposta dessa moção, para também entrar como pauta. Obrigada.

Secretário Rodrigo Ravena: Acho que pode ser. Acho que ninguém se opõe que essa moção também entre como pauta para próxima reunião com quórum. Mais alguma dúvida, pessoal? Tem algumas ações que a gente, que eu, pessoalmente, tenho muito orgulho de divulgar. Primeiro foi o Plano Municipal de Mata Atlântica, que foi a primeira coisa que quando eu cheguei aqui eu falei: Por que ninguém fez nada ainda? Pronto, vamos botar para rua. Vamos fazer acontecer. E outra, é essa atividade de criação e discussão da função dos parques, da tipologia dos parques, para que eles servem, criação de novas unidades, criação de novas atividades para o município, novas áreas de proteção e iniciativas como essa de combate a incêndio. Isso tem que ser prática diária da Secretaria, a gente tem que tornar isso o mais público possível, a gente tem que fazer isso acontecer. Porque cobrar é fácil. Cobrar é muito fácil. Apertar um botãozinho e sair cobrando, é muito fácil. Participar e fazer acontecer, é um pouco mais difícil. E eu acho que a gente está conseguindo. E a gente mesmo. A gente, a Secretaria. A equipe da Secretaria está conseguindo mudar um pouco, e trazer para dentro da Secretaria essa participação. E esse é mais um modelo em que é fundamental e necessária a participação, tanto do poder público, quanto da sociedade civil. E especialmente das comunidades. Então, para encerrar, se ninguém tiver mais nenhuma indicação para a pauta da próxima reunião, para encerrar, eu gostaria de deixar isso registrado. É necessária a participação. Brilhante trabalho. Eu espero que vocês continuem se dedicando dessa forma como se dedicam. Ninguém aqui ganha rios de dinheiro. Eu acho que vocês trabalham por amor mesmo. Então isso me motiva. Eu acho que é importante. Isso tem que ficar público. Mesmo que a gente encaminhe a moção, a gente tenta a publicação, mas aqui fica um compromisso do Secretário de que, não saindo o Decreto, a gente fará a publicação, pelo menos do modelo geral de estruturação desse plano de combate a incêndio e da criação da área de proteção do refúgio. Então está bom.



Cons. Cecília: Como eu me manifestei, eu queria esclarecer o seguinte. Claro que é louvável e necessário esse plano. Eu entendo dessa maneira. Ele é muito necessário. E após os esclarecimentos, eu percebo que existe um plano de ação, existe um curso de brigada, parece que é isso, que para mim não tinha ficado claro. Eu achei que o plano era mais uma modelagem, mais uma coisa... Não tinha percebido isso. Então só quero esclarecer que... Muito bom então. Vamos em frente. Isso aí. Está certo.

Jânio Marcos Rodrigues Ferreira: Rodrigo, a gente, os técnicos aqui, acredito que do DEPAVE 8, DEPAVE 3, aqui da Secretaria, a gente quer agradecer você também, que está ali sempre com a gente em campo, vai com a gente para Parelheiros, acredita no nosso trabalho, e dá todo apoio aí. Eu acho que em nome de todos aqui, a gente só tem a agradecer mesmo. Valeu. Muito obrigado.

Secretário Rodrigo Ravena: Obrigado. Pessoal, um último informe. O material relativo à primeira e a segunda apresentação, a gente só tem dois impressos, mas quem precisar com urgência disso, tem esses dois impressos. Mas isso vai ser encaminhado por e-mail para todo mundo. Muito obrigado a todos. Está encerrada a reunião. E parabéns, pessoal.

RODRIGO PIMENTEL PINTO RAVENA

Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente
e Desenvolvimento Sustentável – CADES
Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente

Conselheiros presentes:

ALESSANDRO LUIZ OLIVEIRA AZZONI
ANGELA MARIA BRANCO
BEATRIZ MACHADO GRANZIERA
EDUARDO COELHO E MELLO AULICINO
FABIO DE ALENCAR IORIO
FABIO PICCININI
FRANCISCA RAMOS DE QUEIROZ
JOSÉ FRANCISCO DE ALMEIDA NETO
HÉLIA MARIA S. B. PEREIRA
LYGIA CECÍLIA CUNHA

MARCELO DE MENDONÇA BERNARDINI
MARCOS MOLITERNO
MARIA CECÍLIA PELLEGRINI GÓES
MARIA HELENA BRAGA BRASIL
MAURO PEREIRA DE PAULA JUNIOR
ROSA RAMOS
ROSANA FRIESS
OSVALDO FIGUEIREDO MAUGERI
SUELI RODRIGUES

CONSELHEIROS SUPLENTE PRESENTES:

DOMINGOS LEONCIO PEREIRA / ERIKA VALDMAN / MÔNICA MASUMI HOSAKA

CONSELHEIROS COM JUSTIFICATIVA DE AUSÊNCIA:

ÂNGELO IERVOLINO / CRISTINA ANTUNES RITA DE CÁSSIA MONTEIRO DE LIMA / GEORGE DOI / KARINE PIEDADE PEDROSA / MARIA CRISTINA OLIVEIRA REALI ESPÓSITO / MARIA CRISTINA SCANTAMBURLO KIRSNER / MURILO REPLE PENTEADO ROCHA / SOLANGE CRISTINA RIBEIRO

COORDENADOR GERAL:

PAULO RICARDO GARCIA